

O DESBASTE EM PORTUGAL: O EXEMPLO DAS BIBLIOTECAS DE ENSINO SUPERIOR

WEEDING IN THE PORTUGUESE ACADEMIC LIBRARIES

Carlos Manuel Faisca

Licenciado em História (FCSH/UNL) e Mestre em Ciências da Informação e da Documentação (FCSH/UNL).

Rua Manuel Marques Adegas Nº 12, 2º Esquerdo. 7400 – 293 Ponte de Sor

Resumo

Esta comunicação incide sobre o desbaste tendo como foco o caso concreto das Bibliotecas de Ensino Superior portuguesas. Começamos por definir concretamente no que consiste esta prática para, de seguida, apresentar um pouco da sua história, quais os seus principais objectivos e de que forma este deve ser aplicado. Finalmente, demonstramos que o desbaste, realizado através de uma política pré-definida e integrado na política de gestão de colecções, é pouco utilizado neste tipo de Bibliotecas em Portugal, embora esta realidade possa, lentamente, estar a mudar. Esta conclusão surge após a análise de um questionário efectuado às Bibliotecas de Ensino Superior portuguesas. Deste trabalho resultam também outras conclusões relativas à gestão de colecções, como a preocupação com a gestão de doações e com a eliminação de títulos redundantes.

Palavras-chave: Desbaste, Bibliotecas de Ensino Superior, Gestão de Colecções.

Abstract

This presentation studies the weeding process in the portuguese Academic Libraries. We start by exactly defining the concept of weeding; then we present a brief approach to its history, which are the primary goals of weeding and how it should be applied. Finally, we demonstrate that weeding, performed through a pre-established weeding policy integrated in a collection development one, is rarely used in this kind of libraries in Portugal, although this reality could, slowly, be changing. This is the conclusion that we extract from a survey directed to the Portuguese Academic Libraries. We also found out other issues related to the gifts policy and the removing of duplicates.

Keywords: Weeding, Academic Libraries, Collection Management.

Introdução¹

O presente trabalho procura determinar se as Bibliotecas de Ensino Superior portuguesas recorrem à prática do desbaste. Na primeira parte do nosso trabalho, procuramos definir concretamente em que consiste esta prática da gestão de colecções, à qual se segue uma breve síntese da sua História. Posteriormente, enumeramos os principais objectivos e critérios de desbaste, de que forma estes devem ser aplicados e quais os motivos pelos quais as Bibliotecas de Ensino Superior devem possuir uma política de desbaste. Finalmente, de forma a perceber a sua execução nas Bibliotecas de Ensino Superior portuguesas, apresentamos os resultados de um questionário que enviamos a 127 Bibliotecas deste tipo². Gostaríamos de ter um grande número de respostas, todavia, apenas cerca de um quinto das Bibliotecas

¹ O autor deseja agradecer a todos aqueles que de alguma forma contribuíram activamente para este artigo. Para além do Prof. Doutor Luís Espinha da Silveira e, sobretudo, da Doutora Ana Maria Martinho e do Prof. Doutor José António Calixto, devo um agradecimento em particular à Dra. Ana Isabel Coelho Silva, à Mestre Nádia Raminhos e a todos os colegas bibliotecários que gentilmente responderam ao questionário.

² Cumprindo a nossa palavra, optámos por não revelar quais as Bibliotecas que responderam ao questionário.

que contactámos tiveram a amabilidade de nos responder. Temos ainda, o objectivo de introduzir o tema do desbaste na agenda biblioteconómica nacional, já que a inexistência de bibliografia e da divulgação de casos concretos sobre o desbaste, justificam a relevância do estudo desta temática.

O interesse por esta questão surge na mesma linha de investigação do relatório de estágio apresentado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Informação e da Documentação – Área de Especialização em Biblioteconomia, intitulado “Uma política de desbaste para a Biblioteca do ICS/UL”. Este, defendido e aprovado em Abril de 2011, como o título denuncia, incidiu sobre o desbaste aplicado a um caso concreto. A sua autoria deve-se a Carlos Manuel Faísca e foi co-orientado pela Doutora Ana Maria Martinho e pelo Prof. Doutor Luís Espinha da Silveira, fazendo ainda parte do júri, o Prof. Doutor José António Calixto.

O desbaste integra-se na gestão de colecções, procurando ajustá-las a novas realidades - tendo sempre presente que a colecção é o factor mais tangível de qualquer serviço de uma Biblioteca (Larson, 2008, p. 9) -, através da remoção de itens, que por algum motivo, deixaram de servir o propósito para o qual foram adquiridos.

Esta comunicação demonstra que o desbaste é ainda uma prática pouco efectuada em Portugal, apesar dos seus comprovados benefícios. No entanto, esta realidade poderá alterar-se, em parte, a curto/médio prazo.

I – Método

O nosso questionário foi composto, essencialmente, por perguntas fechadas, pois pretendíamos recolher dados de carácter quantitativo. Porém, deixámos espaço na última questão para obter informação mais detalhada. Em seguida, recolhemos o maior número possível de contactos de correio electrónico das Bibliotecas de Ensino Superior, através dos respectivos sítios *Web*. Por último, enviamos o questionário com recurso ao correio electrónico durante os meses de Abril e Maio de 2011, num total de 127 Bibliotecas.

II - O desbaste: conceito e definição

Uma simples brochura sobre o processo de desbaste das Bibliotecas Escolares da Califórnia define-o da seguinte forma:

“Weeding is the removing of materials from a library collection in a systematic and deliberate way. It is an ongoing part of collection development, a planned and thoughtful action that will ensure library materials are current and enticing” (California Department of Education, s.d.).

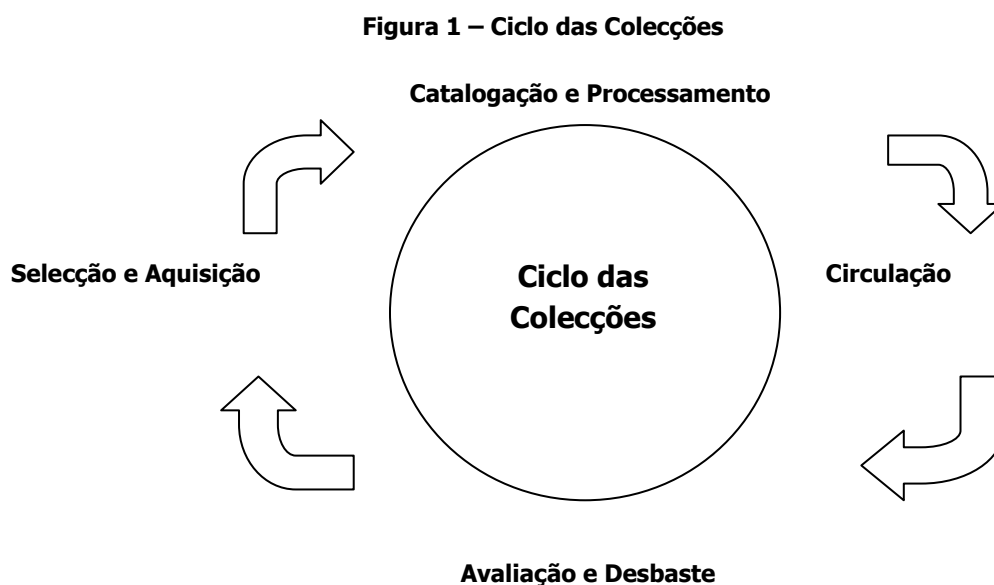
A esta definição acrescentaríamos ainda: *“The process of examining items in a library collection title by title to identify for permanent withdrawal those that meet pre-established weeding criteria”* (Reitz, 2004).

Com estas duas definições bem presentes, gostaríamos de sublinhar algumas das principais características do desbaste. O desbaste é uma acção deliberada, tratando-se de uma resposta consciente por parte da Biblioteca a um problema específico; é um processo contínuo, que se poderá repetir sempre que necessário e perfeitamente integrado na gestão de colecções; qualquer desbaste deve partir de uma decisão ponderada e o mesmo deve ser planeado. Uma decisão ponderada, pois esta resulta da aplicação de uma política de desbaste previamente estabelecida, que foi delineada através de um estudo científico. Planeado, já que é a partir desta política que se definem os principais critérios de desbaste e que se

constrói o plano de desbaste - documento que orientará todas as etapas deste processo e pormenorizará todas questões logísticas necessárias para a sua correcta execução.

O desbaste é um elemento essencial da gestão de colecções, que deveria ser tão natural como qualquer outra actividade da Biblioteca. Aliás, na biblioteconomia norte-americana, o termo gestão de colecções - *collection management* - surgiu exactamente para alargar o anterior conceito de desenvolvimento de colecções - *collection development* -, de forma a incluir a conservação e preservação, o cancelamento de assinaturas periódicas e o desbaste. (Johnson, 2009, p. 1)

Este encontra-se plenamente integrado na política de gestão de colecções, interagindo com os demais componentes, como está presente na **Figura**.



Fonte: Adaptado de LARSON, 2008, p.11.

Desta forma, o desbaste não pode actuar de forma independente deste circuito fechado, pois facilmente se colocaria em causa a coerência das colecções se, por exemplo, não existisse qualquer ligação com as aquisições. Deve, portanto, existir uma política documental unificada - onde se inclui o desbaste -, definida de acordo com o papel da Biblioteca, do público que ela tem a vocação de servir, dos seus objectivos e responsabilidades particulares.

O desbaste promove a remoção dos itens que se encontram desajustados em relação à política documental definida, isto é, à realidade de uma Biblioteca e das suas colecções, objectivos e utilizadores. Se realizado de forma competente, obtém-se o correcto e saudável crescimento, não necessariamente numérico, de uma colecção. Os termos que a biblioteconomia anglo-saxónica e francesa utilizam para designar o desbaste, respectivamente *weeding* e *désherber*, estabelecem a metáfora quase perfeita para melhor percebermos o que significa o desbaste. Assim, assemelhando-se ao acto de retirar as ervas daninhas de um campo relvado, ou ao de podar uma árvore, o desbaste pretende retirar os ramos ou braços inúteis de uma colecção, tendencialmente de forma periódica, favorecendo o seu correcto crescimento, tratando-a e renovando-a.

O desbaste não é necessariamente sinónimo de eliminação, pois antes da sua eliminação, a Biblioteca tem um conjunto de soluções à sua disposição de forma a tornar o item novamente útil, fazendo-o cumprir uma nova missão. Conforme as situações e o interesse específico de cada caso, pode-se reclassificar o documento, colocando-o num lugar mais apropriado; remetê-lo para depósito; efectuar uma transferência de suportes; propô-lo para permuta ou doação a outra Biblioteca; vendê-lo ou doá-lo a baixo custo aos seus utilizadores; e, apenas em último caso, eliminá-lo fisicamente.

II – História

A questão do desbaste não é, de forma alguma, uma novidade. Esta remonta, nos Estados Unidos da América, ao final do século XIX, quando a Biblioteca Pública de *Lynn*, retirou cerca de 500 livros da sua colecção em 1883, devido a tê-los considerado ultrapassados ou sem utilidade (Johnson, 2009, p. 152). No entanto, o caso mais conhecido é o de *Charles Adams* - bibliotecário da Biblioteca Pública de *Quincy, Massachusetts* -, autor do primeiro plano de desbaste, o *Quincy Plan*, que elaborou como forma de solucionar o problema de espaço de uma Biblioteca cuja colecção, em 1892, continha já 19000 títulos para um total de armazenamento calculado em cerca de 20000 títulos. Contudo, rapidamente se levantaram imensos problemas à realização de qualquer desbaste, temendo-se a eliminação de títulos, que embora fossem pouco consultados, pudessem ter algum interesse para os utilizadores com uma capacidade intelectual mais desenvolvida. Como exemplo, podemos referir *William Poole*, um dos membros fundadores da *American Librarian Association* (ALA), que criticou qualquer desbaste, sugerindo antes uma moderação nas aquisições, centrando-se estas apenas em obras de alto valor intelectual (Dilevko & Gottlieb, 2003, p.73-74). O desbaste parece, então, ter surgido da necessidade de se libertar espaço para se poderem incluir novas aquisições.

Ao longo do século XX, embora o debate se tenha mantido aceso, o desbaste foi-se impondo à medida que as Bibliotecas foram obrigadas a reconsiderar as suas políticas de gestão de colecções, renunciando a uma lógica de exaustividade, já que os seus recursos revelaram-se finitos perante uma produção editorial significativamente maior. Actualmente, como iremos demonstrar, o desbaste almeja objectivos muito mais estimulantes do que a mera libertação de espaço, por mais que esta necessidade seja efectiva e urgente.

Em França, embora mais tardiamente, o percurso é bastante semelhante. A mentalidade dominante entre a comunidade de bibliotecários gauleses sublinhou, durante bastante tempo, o papel da Biblioteca como um local de conservação patrimonial e de acumulação de livros. Desta forma, subsistiu prolongadamente a ideia de que a qualidade de uma Biblioteca se media não pelo número dos seus leitores, ou por qualquer outro factor, mas exclusivamente pelo número de títulos das suas colecções e, conseqüentemente, pela extensão das suas prateleiras (Gaudet & Claudine & Arnoult, 1996, p. 13).

Em Espanha, no final do século XX, se atendermos à introdução do plano de desbaste da Biblioteca Pública Provincial de Sevilha, este parecia estar ainda numa fase inicial já que: "*La poca literatura existente en nuestro país y los escasos ejemplos concretos a que acogerse en el tema de Expurgo de Fondos Bibliográficos, explican el interés de publicación de este artículo (...)*" (Chóclan, 1999). No entanto, desde então, multiplicaram-se os casos de definição de políticas de desbaste nas Bibliotecas do país vizinho, podendo-se citar como exemplos as Bibliotecas da Universidade de *Valladolid*, da Universidade *Complutense* de Madrid ou a Biblioteca Pública Provincial de Sevilha. Aliás, quando questionada em 2009, se possuía uma política de desbaste, uma das bibliotecas da Universidade da *Extremadura*, respondeu-nos que embora ainda não a tivessem concretizado, a determinação de uma política de desbaste era uma das suas prioridades passando, desta forma, a acompanhar as boas práticas das outras Bibliotecas Universitárias Espanholas.

Presentemente, polémico ou não, o desbaste faz parte do quotidiano de imensas Bibliotecas não só francesas e norte-americanas, bem como canadianas e, em menor medida, espanholas, de diversos tamanhos e tipos, conforme demonstram os documentos de orientação da política de gestão de colecções (Biblioteca Pública Provincial de Sevilha, 1999; Biblioteca de la Universidad Complutense de Madrid, 2009; Biblioteca de la Universidad de Valladolid, 2006; Slote, 1997), a bibliografia especializada (Gaudet & Claudine & Arnoult, 1996), e um inquérito publicado nos Estados Unidos (Dilevko & Gottlieb, 2003).

III – Definição de uma política de desbaste: motivações, objectivos e critérios.

Os principais motivos para a realização de um desbaste - para além da tradicional questão da exaustão da capacidade da Biblioteca - estão normalmente relacionados com a utilização mais racional do espaço da Biblioteca e dos seus recursos humanos, com o melhoramento de serviços e, simultaneamente, o assegurar da qualidade da(s) colecção(ões). (Johnson, 2009, p. 151). Na realidade, como o desbaste não se limita apenas a ser uma solução para as limitações físicas da Biblioteca, este não se deve limitar apenas às colecções em suporte de papel; todos os formatos podem ser alvo de desbaste. Assim, *software* obsoleto, registos áudio e vídeo, colecções de CD e DVD e também conteúdos digitais devem ser analisados de acordo com os mesmos critérios aplicados aos materiais em suporte de papel. Mesmo os *e-books*, com uma existência física muito reduzida, devem ser reavaliados periodicamente da mesma forma que a restante colecção (Johnson, 2009, p. 160).

Se a finalidade da definição de uma política de gestão de colecções é impedir que as colecções se constituam por ímpetos individuais e, simultaneamente, que estas estejam alinhadas com a missão, os objectivos e os utilizadores da Biblioteca; o mesmo ocorre com o desbaste, na medida em que este se encontra incluído na gestão de colecções. Assim, a definição de uma política de desbaste estabelece regras claras para que se limitem os juízos pessoais na execução de um desbaste, de maneira a se assegurar uma colecção actualizada, e que serve os interesses informacionais dos seus utilizadores.

Devido a tudo isto, os objectivos do desbaste passam por tornar a(s) colecção(ões) mais apelativa(s), substituindo o obsoleto pelo novo, o pouco - ou menos - útil pelo muito útil, o ignorado pelo lido; pelo aumento da circulação, já que a Biblioteca passa a possuir uma colecção que responde melhor às reais necessidades de informação dos utilizadores; pela libertação de espaço para novas aquisições; por economizar tempo, quer dos funcionários em tarefas de carácter técnico, quer dos utilizadores na pesquisa de informação; por avaliar a(s) colecção(ões) salientando os respectivos pontos fortes e fracos, constituindo o desbaste, desta forma, um precioso auxílio em possíveis modificações nas políticas de aquisição. Paralelamente, caso o desbaste tenha sido correctamente executado, e em consequência disso, ocorre um aumento do prestígio da Biblioteca e/ou da instituição a ela associada, através da apresentação de uma colecção actual, credível e adequada às necessidades dos utilizadores e, naturalmente, o aumento de satisfação dos mesmos (Faísca, 2010, p. 14-15).

Tipicamente, os critérios de desbaste dividem-se entre critérios quantitativos e qualitativos. Os primeiros, sujeitos a uma menor ponderação subjectiva, incluem, entre outros, a idade do item, a utilização, a confrontação com bibliografias temáticas e o número de exemplares. Quanto aos critérios qualitativos, com uma forte componente subjectiva, podemos referir a obsolescência da informação, a qualidade da informação, o estado material ou ainda a opinião de especialistas.

Ao longo da História, vários são os exemplos de desbastes com uma forte componente qualitativa, prática habitual nos Estados Unidos até à década de 1980, sobretudo em Bibliotecas Universitárias como foi, por exemplo, o caso das Bibliotecas da Universidade de Yale em 1963. Outros especialistas optaram por soluções quase exclusivamente quantitativas, como *Richard Trueswell* na década de 60, *Fussler* e *Simon* em 1961 e, mais recentemente, um grande defensor da utilização de critérios mensuráveis cientificamente, *Slantley Srote* (Gaudet, Claudine, Arnoult; 1996, p. 28-39). Existe ainda uma terceira opção que resulta da conjugação das duas anteriores. Assim, alguns investigadores têm explorado técnicas quantitativas complementadas, a jusante, por uma opinião especializada (Gaudet & Claudine & Arnoult, 1996, p. 28-39). Esta última solução parece-nos a mais lógica, tendo sido a que propusemos para a Biblioteca do ICS/UL (Faísca, 2010); todavia, não existe um conjunto de critérios correctos, já que estes podem variar conforme a Biblioteca, reflectindo as diferentes missões, colecções, utilizadores, prioridades, instalações e tipos de Biblioteca.

IV – Aplicação dos critérios de desbaste

Para aplicar os critérios de desbaste, é necessário realizar um ajustamento à realidade da colecção em causa. Tomemos como exemplo o critério da circulação, frequentemente um dos mais utilizados (Calenge, 1994, p. 337; Dilevko & Gottlieb, 2003, p. 81; Larson, 2008, p. 17). Se for aplicado um critério demasiado rigoroso, por exemplo, um ano sem circulação de um item, não só aumenta o risco de se realizar um desbaste a itens que se revelariam como mais-valias para a colecção, como provavelmente

dar-se-ia o caso de se obter uma lista de desbaste enorme, tornando-o inexequível e excessivo. Contudo, no caso oposto, um critério pouco exigente, por exemplo vinte anos sem circulação, retiraria, muito provavelmente, da lista de desbaste itens desajustados e obsoletos, desvirtuando os objectivos primários desta prática. O rigor dos critérios que devem ser escolhidos é sobretudo condicionado pela percentagem da colecção que poderá ser alvo de desbaste. Pretende-se, desta forma, que da aplicação dos critérios consagrados na política de desbaste, resulte uma lista de desbaste que seja ao mesmo tempo exequível e moderada. Essa quantidade pode ser muito variável e depende de cada caso prático, sendo portanto, essencial uma prévia avaliação das colecções que serão alvo de desbaste.

Todavia, deixamos duas opiniões sobre este assunto. A primeira de *Jeanette Larson*, que sugere que se deve desbastar na mesma quantidade que se adquire (Larson, 2008, p. 13); a segunda, da autoria de Stanley *Slote*, remete para valores entre 10 a 30% da colecção que está a ser avaliada, considerando que, mesmo sendo possível desbastar uma maior percentagem, o restante deve sempre ficar para uma próxima oportunidade (Slote, 1997, p. 88-89).

IV – Desbaste em Bibliotecas de Ensino Superior

Nas Bibliotecas de Ensino Superior, de uma forma geral, - embora também exista, em menor escala, uma procura de obras mais generalistas -, os utilizadores procuram obras muito específicas e actualizadas (Brophy, 2005, p. 61), motivo que reforça a necessidade de se possuir uma colecção actualizada, retirando as obras com informação ultrapassada. Por outro lado, o aumento da produção científica, do número de cursos e, conseqüentemente, do número de alunos, traduziu-se num aumento significativo das colecções das Bibliotecas de Ensino Superior que, frequentemente, viram o seu espaço livre tornar-se bastante diminuto (Johnson, 2009, p. 159; Slote, 1997, p. 44-45).

A somar a estes dois motivos, existe um terceiro para que uma Biblioteca de Ensino Superior deva elaborar uma política de desbaste: é que uma Biblioteca de Ensino Superior é, antes de tudo, uma Biblioteca. Queremos com isto afirmar, de uma forma clara, que qualquer Biblioteca, sem uma missão vincadamente patrimonial, deverá ter uma política de desbaste integrada na sua política documental. Por maiores resistências que existam à execução de um desbaste, chegará o dia que este se tornará inevitável, nem que seja pela simples questão da falta de espaço, já que, contrariando a percepção geral de que as colecções pararam de crescer devido ao aumento dos objectos digitais, as bibliotecas de uma forma geral, e as de Ensino Superior em particular, continuam a construir colecções físicas. O número de livros impressos continua também a crescer anualmente, portanto, pelo menos a médio prazo, tudo indica que os conteúdos digitais não irão substituir de forma suficiente as edições de papel para que a questão do espaço se deixe de colocar (Johnson, 2009, p. 160).

Nesse caso, a existência de uma política de desbaste pré-estabelecida com base em sucessivas avaliações das colecções constituirá, certamente, uma mais-valia inestimável. No entanto, antes de se chegar a esse extremo, provavelmente as colecções já estarão povoadas de títulos cujo custo económico e técnico da sua manutenção excede largamente os benefícios que poderá trazer para a Biblioteca, visto que pouco contribuem para o cumprimento da sua missão.

Numa Biblioteca de Ensino Superior o processo de desbaste deve procurar incluir o corpo docente, nomeadamente, convidando-os a expressarem o seu juízo nas áreas em que são especialistas como forma de se diminuir a probabilidade da ocorrência de erros de desbaste. Além deste contributo, os docentes devem estar ao corrente de todas as questões que remetam para a gestão das colecções e, sobretudo, das grandes decisões a tomar, como o desbaste, uma temática sensível e cuja prática por vezes levanta alguns conflitos entre os bibliotecários e os membros da instituição a que a Biblioteca está agregada. De facto, é tão relevante incluir o corpo docente no processo de desbaste como é atender aos seus pedidos de aquisição (Jenkins, 2005, p. 53).

A inclusão da opinião de um especialista neste processo torna-se ainda mais pertinente nas Bibliotecas com extensas colecções no domínio das Ciências Sociais. O conteúdo intelectual de uma obra nestas áreas permanece actual durante um significativo período de tempo; por oposição a Ciências como a Informática, a Gestão ou a Medicina, onde o conhecimento se renova mais rapidamente e, como consequência, a obsolescência científica se atinge em poucos anos. Por outro lado, existe também a possibilidade do documento possuir um determinado interesse histórico. Portanto, aplicar um conjunto de critérios meramente quantitativo levanta muitos problemas perante colecções de Ciências Sociais (Matlak, 2010, p. 170).

V – Caso Português

A bibliografia de autoria nacional que encontramos resume-se a um artigo que incide apenas em colecções de referência (Goulão, 2003) e ao recente relatório que elaborámos (Fáisca, 2010). A falta de bibliografia poderia indiciar que este assunto é pouco abordado nas Bibliotecas de Ensino superior portuguesas. De forma a confirmar esta ideia, lançámos um pequeno questionário – que se encontra em anexo - a um grande número de Bibliotecas de Ensino Superior, incluindo Bibliotecas do Ensino Superior Universitário público, do Ensino Superior Politécnico público e do Ensino Superior privado, espalhadas de Norte a Sul do território continental e ilhas, num total de 127 Bibliotecas.

Embora o número de respostas que obtivemos tenha ficado bastante aquém do que gostaríamos - apenas cerca de um quinto respondeu ao nosso questionário -, cremos ter uma base para algumas conclusões.

Quadro 1 – Número de Questionários respondidos por tipo de Ensino

Ensino	Nº de Bibliotecas	Respostas	%
Universitário Público	59	13	22,03
Politécnico Público	50	9	18,00
Privado	18	3	16,67
Total	127	25	19,69

Fonte: Elaboração Própria

O nosso questionário foi composto, essencialmente, por perguntas fechadas, pois pretendíamos recolher dados de carácter quantitativo. Porém, deixámos espaço na última questão para obter informação mais detalhada.

A primeira questão pretendeu determinar qual o número de Bibliotecas que pratica o desbaste. A forma como foi colocada pretendeu excluir quaisquer outras formas de gestão de colecções para além do desbaste - como gestão de doações ou eliminação de títulos redundantes -, cujo resultado seja a remoção ou a não inclusão de itens na Biblioteca.

As respostas são claras e demonstram que o desbaste é ainda uma prática pouco disseminada em Portugal.

Quadro 2 – Bibliotecas que já realizaram um desbaste

	Nº de Bibliotecas	% de Bibliotecas
Já realizaram desbaste	2	8
Nunca realizaram desbaste	23	92

Fonte: Elaboração Própria

Contudo, quando questionadas sobre se num futuro próximo - aproximadamente três anos -, as Bibliotecas ponderam realizar um desbaste, o número de respostas afirmativas dado pelas Bibliotecas foi significativamente maior.

Quadro 3 – Bibliotecas que prevêem realizar um desbaste até 2014.

	Nº de Bibliotecas	% de Bibliotecas
Prevêem realizar desbaste	8	32
Não prevêem realizar desbaste	17	68

Fonte: Elaboração Própria

As oito respostas afirmativas não correspondem a qualquer Biblioteca que já tenha realizado um desbaste, ou seja, estas oito Bibliotecas provavelmente irão, pela primeira vez, realizar um desbaste brevemente. Se juntarmos este número com aquelas que já o realizaram, chegamos à conclusão que perto de metade da nossa amostra (44%) terá realizado um desbaste em 2015.

Outro aspecto a salientar é que quase metade das Bibliotecas (48%) afirmou que remove periodicamente itens das suas colecções, mas não a partir de uma política de desbaste. Na grande maioria dos casos, a opção recai ora sobre títulos redundantes, ora através da gestão de doações efectuadas às Bibliotecas, ou ambos, isto é, removendo-se títulos redundantes do espólio doado.

Por motivos óbvios, os títulos redundantes são, muitas vezes, visados num processo de desbaste (Gaudet & Claudine & Arnoult, 1996, p. 91), pois a informação neles contida mantém-se disponível ao utilizador. Já as doações podem constituir uma séria ameaça para a gestão das colecções, caso o material recebido não seja o adequado à missão e aos objectivos da Biblioteca, podendo colocar em causa a coerência das colecções e criar graves desequilíbrios nas mesmas. Neste cenário, o custo dos itens ofertados torna-se demasiado alto e não o oposto, pois a Biblioteca acaba por despender recursos humanos e financeiros em documentos sem qualquer interesse (Faísca, 2010). Não admira, então, que a IFLA recomende a determinação de uma política de gestão de doações, uma vez mais em sintonia com a política de gestão de colecções (IFLA, 2008, p.3).

Finalmente, devido ao número limitadíssimo de Bibliotecas que já realizaram desbastes, as questões 2, 3 e 4 acabam por não adquirir grande significado. Ainda assim, importa referir que ambas as Bibliotecas referiram ter sentido a necessidade de realizar um desbaste devido à falta de espaço de armazenamento e, ao mesmo tempo, ter despendido uma grande quantidade de recursos humanos na sua execução - toda a equipa da Biblioteca num dos casos e 3 colaboradores noutra, acrescido, neste último caso de um membro da direcção da instituição. Apenas nos critérios de desbaste adoptados surge alguma divergência, já que numa das Bibliotecas foi adoptado um único critério de carácter quantitativo (circulação), enquanto no outro caso, os critérios escolhidos revelam um maior pendor qualitativo (valor histórico, comercial e conhecimento do destino das obras desbastadas).

VI – Conclusões

Embora o nosso estudo apenas tenha contemplado cerca de um quinto das Bibliotecas de Ensino Superior portuguesas que contactámos, este parece confirmar a hipótese sugerida pela falta de bibliografia nacional sobre o desbaste, ou seja, a ausência generalizada de uma política de desbaste nas Bibliotecas de Ensino Superior portuguesas, em contraste com a realidade de muitos outros países “ocidentais”. Ainda assim, esta realidade poderá estar a alterar-se, com um número crescente de Bibliotecas a ponderarem realizar desbaste a curto prazo. É possível que tal se deva à exaustão do espaço disponível, pelo menos, esse foi o único motivo apontado pelas Bibliotecas portuguesas que já o realizaram. Verificamos ainda que, a nível da política documental, existe uma maior preocupação com a gestão de doações e que a remoção de títulos redundantes é relativamente comum, o que, em certa medida, reforça a ideia de que a necessidade da libertação de espaço é a principal motivação subjacente a toda esta problemática.

Por último, gostaríamos de sublinhar que a perspectiva da Biblioteca deixar de possuir determinados documentos pode facilmente levantar as mais apaixonadas objecções. Contudo, os benefícios do desbaste superam os riscos e eventuais perdas, além de que este, mais cedo ou mais tarde, se torna inevitável. Assim, não existe, na nossa opinião, qualquer motivo para que esta prática, que vingou com sucesso no estrangeiro, não se aplique sistematicamente em Portugal, evitando assim as arbitrariedades individuais que, provavelmente, ocorrem actualmente em muitas Bibliotecas portuguesas. Ao dispor de um documento escrito que guia as decisões do desbaste, a Biblioteca passa a dispor de um plano sistemático não só para a constituição das suas colecções, mas também de como as deve gerir. Na realidade, “*Weeding (...) is something all librarians and library media specialist must do regularly if they want to maintain the best possible collections (...)*” (Cit. por Johnson, 2009, p. 152).

BIBLIOGRAFIA

- BIBLIOTECA DE LA UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID (2009). *Política de gestión de las colecciones de la Biblioteca de la Universidad Complutense de Madrid*. Madrid: [s.e.].
- BIBLIOTECA DE LA UNIVERSIDAD DE VALLADOLID. (2006) *Normativa de expurgo de la Biblioteca de la Universidad de Valladolid*. Valladolid: [s.e.].
- BROPHY, Peter (2005). *The Academic Library*. 2th ed. London: Facet Publishing.
- CALENGE, Bertrand (1994). *Les politiques d'acquisition*. Paris: Editions du Cercle de la librairie.
- CALIFORNIA DEPARTMENT OF EDUCATION (nd). Weeding the school library. Sacramento: [s.n.]. Retirado de: <http://www.cde.ca.gov/ci/cr/lb/documents/weedingbrochure.pdf>
- International Federation of Library Association (2008). *Gifts for the Collections: Guidelines for Libraries*. The Hague: International Federation of Library Association.
- CHOCLÁN, Juana Maria Muñoz (1999). El “Plan de expurgo de fondos bibliográficos” de la Biblioteca Pública Provincial de Sevilla. Sevilla: Asociación Andaluza de Bibliotecários. Retirado de: http://www.aab.es/Joomla/index.php?option=com_content&task=view&id=74&Itemid=64
- DILEVKO, Juris & GOTTLIEB, Lisa (2003). Weed to Achieve: A Fundamental Part of the Public Library Mission? *Library Collections, Acquisitions, & Technical Services*. Toronto: Pergamon, 27, 73-96.
- FAÍSCA, Carlos Manuel (2010). *Uma política de desbaste para a Biblioteca do ICS/UL*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Tese de Mestrado.
- GAUDET, Françoise & CLAUDINE, Lieber & ARNOULT, Jean Marie (1996). *Désherber en bibliothèque: Manuel pratique de révision des collections*. Pref. Michel Melot. Paris: Éd. du Cercle de la Librairie.
- GOULÃO, Maria Isabel (2003). Política de gestão de colecções de referência. *Cadernos BAD*. Lisboa: APBAD. 1, 90-98.
- HILL, Manuela Magalhães; HILL, Andrew (2002) – *Investigação por questionário*. Lisboa: Sílabo.
- JENKINS, Paul O. (2005) . *Faculty-librarian relationships*. Oxford: Chandos.
- JOHNSON, Peggy (2009). *Fundamentals of collection development and management*. 2nd ed. Chicago: American Library Association.
- LARSON, Jeanette (2008). *CREW: A Weeding Manual for Modern Libraries, Revised and Updated*. Austin, Texas: Texas State Library and Archives Commission.

- MATLAK, Jeffrey (2010). Weeding Older Social Sciences Journals. *Behavioral & Social Sciences Librarian*. Chicago: University of Illinois. 29, 169-183.
- REITZ, Joan M. (2004). ODLIS: Online Dictionary for Library and Information Science. s.l.: Libraries Unlimited. Retirado de: http://lu.com/odlis/odlis_w.cfm.
- SLOTE, Stanley (1997). *Weeding library collections: library weeding methods*. 4th ed. Englewood: Libraries Unlimited.

Anexo

Questionário sobre o desbaste

Com este breve questionário pretende-se compreender se em Portugal as Bibliotecas de Ensino Superior têm uma política de desbaste integrada na sua política de gestão de colecções. Em caso afirmativo, porque a desenvolveram e quais são os critérios que utilizam.

Considere que o desbaste é a remoção deliberada de itens da colecção de uma Biblioteca, tendo por base uma política escrita, desenvolvida através do estudo metódico e sistemático da missão e objectivos da Biblioteca, dos fundos documentais e dos utilizadores.

1 – Alguma vez realizou um desbaste na sua Biblioteca? (Responda afirmativamente apenas se o desbaste obedeceu a um plano elaborado a partir de uma política de desbaste definida e com base numa avaliação das colecções)

Sim	Não

Se a sua resposta foi negativa passe automaticamente para a questão 5.

2 – Em caso afirmativo indique os motivos que levaram a Biblioteca a realizar um desbaste.

3 - Quantas pessoas tomaram parte neste processo?

4 - Indique os critérios adoptados na selecção das obras a desbastar.

5 – A sua Biblioteca costuma remover itens da colecção de alguma outra forma? Qual?

6 – Pensa, durante os próximos 3 anos, realizar um desbaste?

Sim	Não

7 – Deixe aqui o seu comentário ou sugestão: